



Ar
2

DATA DA REUNIÃO: VINTE E QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE

A PARTIR DO ITEM DOZE INCLUSIVE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –

PRESENTE A PARTIR DO ITEM QUATRO INCLUSIVE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----



Ar
[Signature]

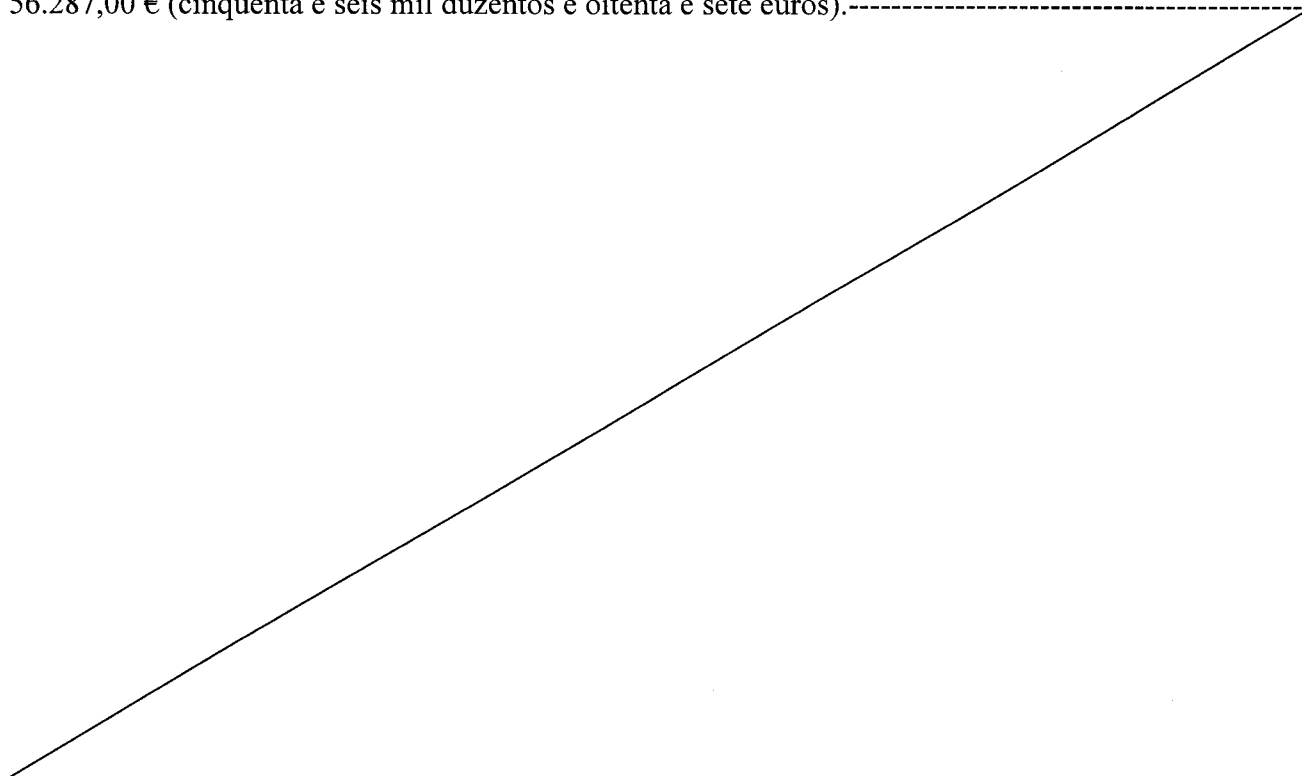
SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu conhecimento do seu despacho de oito do corrente mês de Março, proferido ao abrigo de competência própria, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Arranjos Urbanísticos da Zona Desportiva de Vilarinho”, no montante de 2.766,38 € (dois mil setecentos e sessenta e seis euros e trinta e oito cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à Sociedade Betominho – Sociedade de Construções S.A. por despacho do Presidente da Câmara de quatro de Junho de 2009, pelo valor inicial de 56.287,00 € (cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e sete euros).-----





Ar
H

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----

Ar
H

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24/MARÇO/2010 – ACTA N° 7

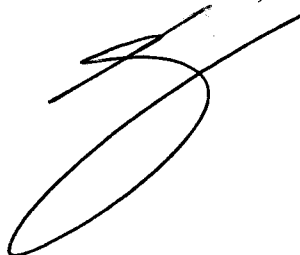
ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (10/03/2010)
- 2 – Minuta da acta da sessão ordinária da assembleia municipal de 25/02/2010: Conhecimento
- 3 – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2010: 1ª Modificação: Ratificação
- 4 – Contrato de Prestação de Serviços tendo por objecto a “Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos”: Aditamento ao contrato formalizado por escritura pública celebrada em 22/07/93: Alteração do documento anexo à deliberação camarária de 24/02/2010: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 5 – Proposta de abertura de procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado para um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico, para exercício de funções na Divisão de Obras Particulares
- 6 – Proposta de abertura de procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado para um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico, para exercício de funções no Posto de Atendimento ao cidadão
- 7 – Proposta de abertura de procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado para um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico, para exercício de funções na Secção de Contra Ordenações e Execuções Fiscais
- 8 – Empreitada: “Escola Básica do 1º ciclo com Jardim de Infância da Costa – Roriz”: Erros e Omissões do Projecto: Aditamento de trabalhos a mais ao contrato

- 9 – Empreitada: “Beneficiação da EN 209 – 2 no concelho de Santo Tirso”: Aceitação das condições de cedência de uma parcela de terreno (Parcela D1)
 - 10 - Constituição de Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo sobre terrenos destinados à construção do Interceptor da Ribeira do Pisão – Constituição pela via do Direito Privado sobre a Parcela 1 e 19
 - 11 – Minuta de Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso, a sociedade Indaqua Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. e a sociedade Norte Golfe – Promoções Turísticas e Imobiliárias S.A., tendo por objecto o abastecimento de água para consumo humano no empreendimento designado por “Vale Pisão – Natura Resorte”: Aprovação
 - 12 - Outros Subsídios
- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 19 de Março de 2010

O Presidente,





Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

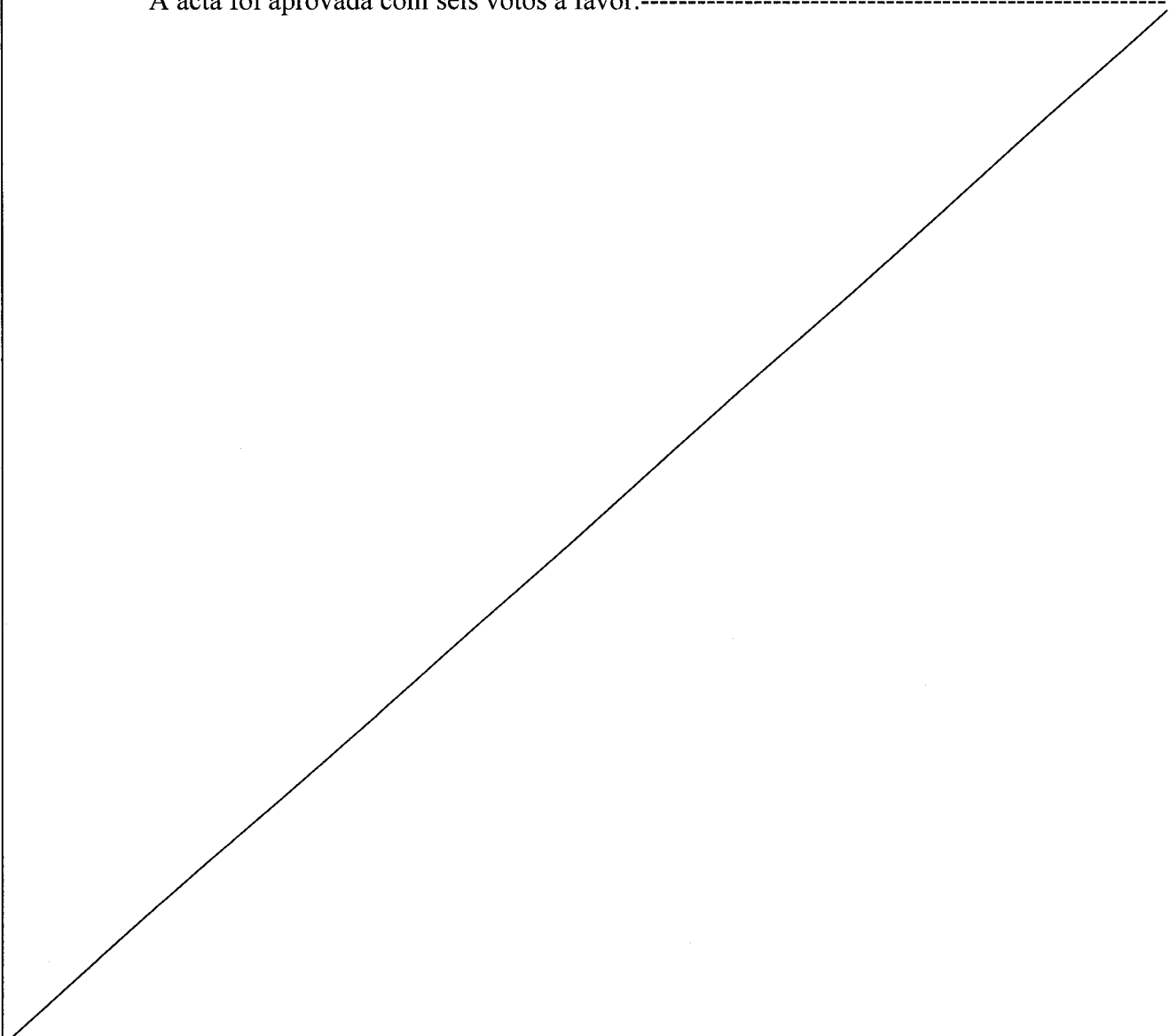
f

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (10/03/2010).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia dez do corrente mês de Março, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com seis votos a favor.-----



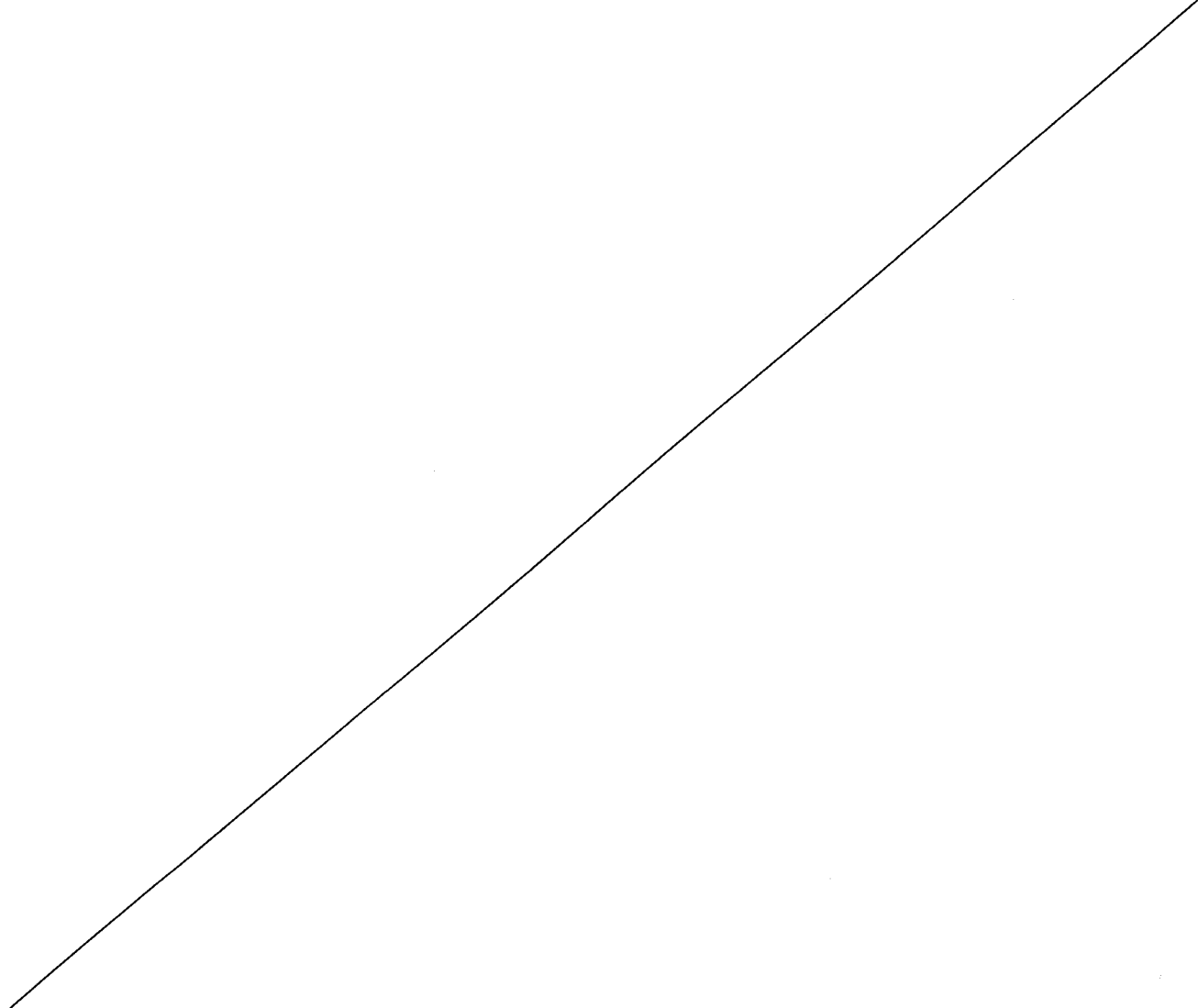


**2. MINUTA DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 25/02/2010: CONHECIMENTO.**-----

Presente a minuta da acta da sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia vinte e cinco de Fevereiro findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Suspende para o ano de dois mil e dez a actualização automática prevista no n.º 2 do artigo 6º do Regulamento da Taxa pela realização de Infra-Estruturas Urbanísticas.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





h

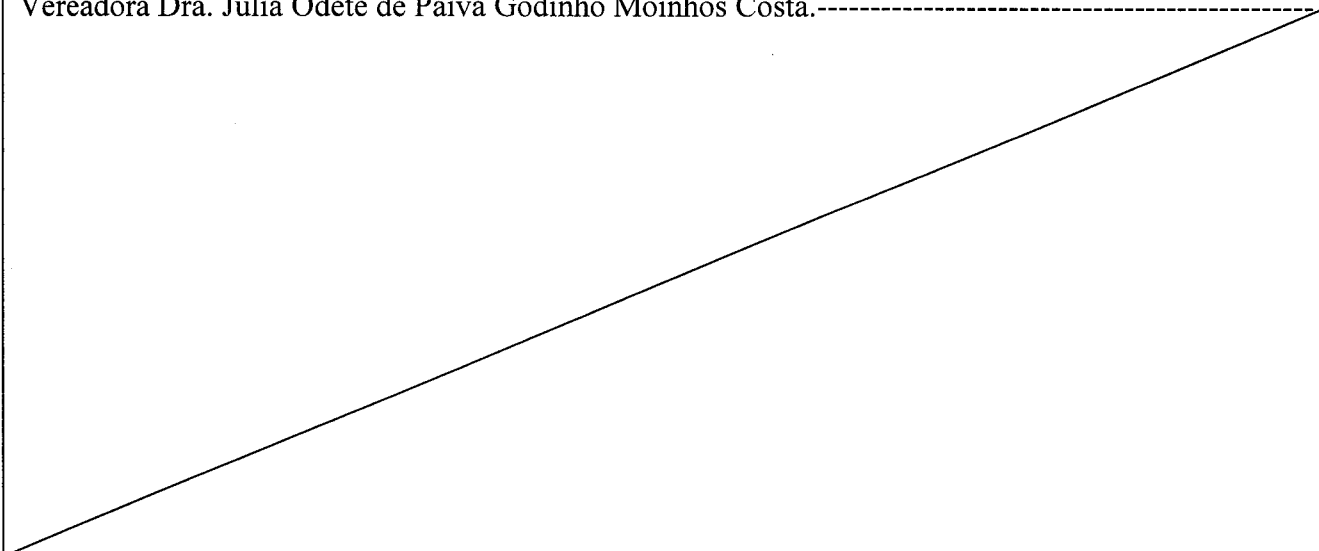
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO PARA O ANO DE 2010: 1ª MODIFICAÇÃO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de quinze do corrente mês de Março, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o número três mil seiscentos e quarenta e cinco, a remeter a deliberação do Conselho de Administração de três de Fevereiro findo, que aprovou a 1ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento daqueles Serviços Municipalizados para dois mil e dez, que consistiu na 1ª alteração aos Orçamentos da Despesa e da Receita.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar a aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, com efeitos retroactivos a vinte e oito de Janeiro último, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

No fim da discussão e votação do ponto que antecede entrou na reunião a Senhora Vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010

1ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010

1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA

1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA

-----Presente a reunião 1ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010,
1ª Alteração ao Orçamento de Despesa e 1ª Alteração ao Orçamento de Receita, que faz parte
integrante desta acta. -----

-----O Conselho de Administração deliberou ratificar e remeter à Câmara Municipal. -----



ACTA N.º3
03 de Fevereiro de 2010
5/ 10

10
AC
[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O
ANO 2010**

- 1ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010
 - 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA
 - 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA

SERV. MUNICIPALIZADOS AGUA, ELECTRI. SANEAM

MODIFICAÇÃO NUMERO : 1

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA

NUMERO 1

DO ANO CONTABILISTICO DE 2010

DATA DE APROVAÇÃO

11

ACTA N.º 3
03 de Fevereiro de 2010
6/ 10

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRA	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00
09040100	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRA	18.000,00		18.000,00	
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		18.000,00		18.000,00
090410	FAMILIAS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
09041000	FAMILIAS	2.500,00		2.500,00	
09041001	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		2.500,00		2.500,00
TOTAL ...		20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES					
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...			20.500,00	20.500,00	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS					

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

SERV.MUNICIPALIZADOS AGUA,ELECTRI.SANEAM

MODIFICAÇÃO NUMERO: 1

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NUMERO 1

DO ANO CONTABILISTICO DE 2010

DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

CLASSIFICAÇÃO
ORGÂNICA ECONÔMICA

DESCRIÇÃO

SO

01	SEM ORGANICA
0101	DESPESAS COM O PESSOAL
010101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES
010103	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PUBLICA
01010301	PESSOAL ADMINISTRATIVO
0101030100	PESSOAL ADMINISTRATIVO
0101030101	PESSOAL ADMINISTRATIVO
0101030102	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO
01010302	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO
010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES
0101040101	PESSOAL ADMINISTRATIVO
0101040102	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO
01010600	PESSOAL CONTRATADO A TERMO
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES
0101060102	PESSOAL DE AGUA E SANEAMENTO
0103	SEGURANÇA SOCIAL
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
0103050200	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL
01030503	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL (CCD)
01031000	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL
01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL
1102	DIVERSAS
110200	DIVERSAS
110299	OUTRAS

DOTAÇÃO

ANTERIOR

INSCRIÇÕES /
REFORÇOSDIMINUIÇÕES /
ANULAÇÕESDOTAÇÃO
SEGUINTE

321.800,00	296.866,86	296.866,86	321.800,00
321.000,00	296.066,86	296.066,86	321.000,00
260.000,00	238.675,33	238.675,33	260.000,00
243.000,00	212.055,53	223.048,45	232.007,08
91.000,00	212.055,53	83.487,66	219.567,87
91.000,00		83.487,66	7.512,34
	78.462,66		78.462,66
	133.592,87		133.592,87
152.000,00		139.560,79	12.439,21
	10.992,92		10.992,92
	10.992,92		10.992,92
	5.025,00		5.025,00
	5.967,92		5.967,92
17.000,00	15.626,88	15.626,88	17.000,00
17.000,00		15.626,88	1.373,12
	15.626,88		15.626,88
	15.626,88		15.626,88
61.000,00	57.391,53	57.391,53	61.000,00
50.000,00	46.721,29	46.721,29	50.000,00
45.000,00	46.721,29	42.158,34	49.562,95
45.000,00		42.158,34	2.841,66
	42.158,34		42.158,34
	4.562,95		4.562,95
5.000,00		4.562,95	437,05
11.000,00	10.670,24	10.670,24	11.000,00
11.000,00		10.670,24	329,76
	10.670,24		10.670,24
800,00	800,00	800,00	800,00
800,00	800,00	800,00	800,00
800,00		800,00	800,00
	800,00		800,00
TOTAL ...	321.800,00	296.866,86	296.866,86
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...		296.066,86	296.066,86
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...		800,00	800,00

Aprovada em reunião de _____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores: -



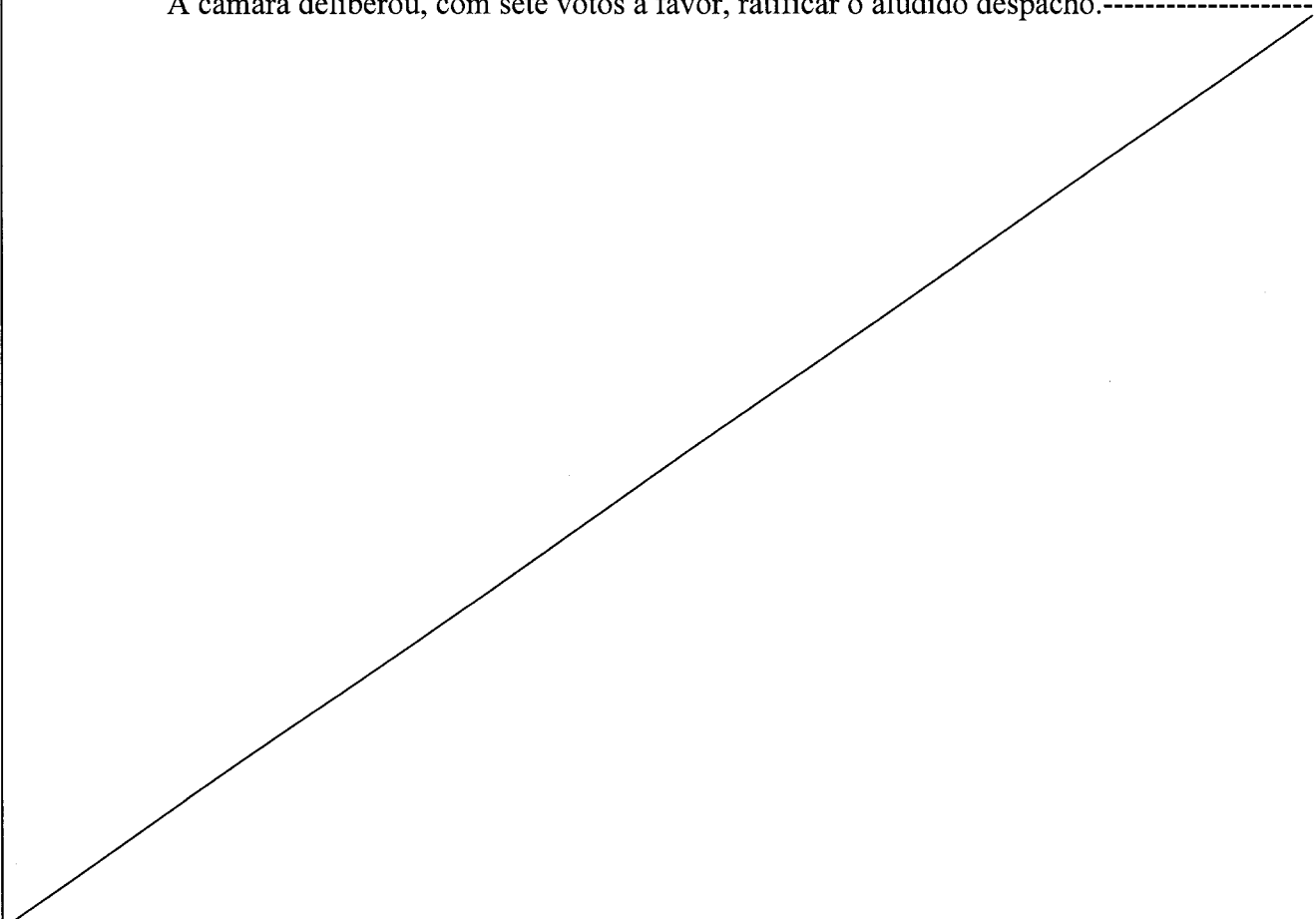
AK

h

**4. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJECTO A
“RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS”: ADITAMENTO AO CONTRATO
FORMALIZADO POR ESCRITURA PÚBLICA CELEBRADA EM 22/07/93: ALTERAÇÃO
DO DOCUMENTO ANEXO À DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 24/02/2010:
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

Presente despacho do Senhor Presidente da Câmara, de quinze do corrente mês de Março, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, que aditou a alínea d) ao ponto 8.2. do documento anexo à deliberação camarária de vinte e quatro de Fevereiro findo (item seis da respectiva acta).-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----



DESPACHO

Despacho de rectificação da deliberação camarária de 24/02/2010

Verificou-se que, por lapso dos serviços, não foi incluída no ponto 8.2 das alterações ao contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Santo Tirso, a alínea d).

Alterações, essas, constantes do Anexo VII à acta de reunião de Câmara de 24 de Fevereiro findo (item 6).

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no nº 3 do art. 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, rectifico a aludida deliberação camarária no sentido de incluir aquela alínea ao referido ponto 8.2, nos termos seguintes:

8.2 EQUIPAMENTO NOVO A ADQUIRIR PELO CONCESSIONÁRIO

- a) (...)
- b) Sempre que a situação o justifique, deverá o adjudicatário recorrer a veículos de dimensões mais reduzidas de forma a garantir a recolha em condições satisfatórias.
- c) De forma a respeitar o plano de melhoria da qualidade do ar da região norte deverá o adjudicatário introduzir medidas de controlo de emissões nos veículos antigos, nomeadamente filtros de partículas ou a sua substituição para serem cumpridas as normas euro.
- d) (Anterior alínea b)).

Remeta-se o presente Despacho à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso e Paços do concelho, 15 de Março de 2010

O Presidente

Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

eic
ISO 9001
certificação
acreditada

Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Atendimento
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recrutamento,
Humanos, Apoio Jurídico e
Computação

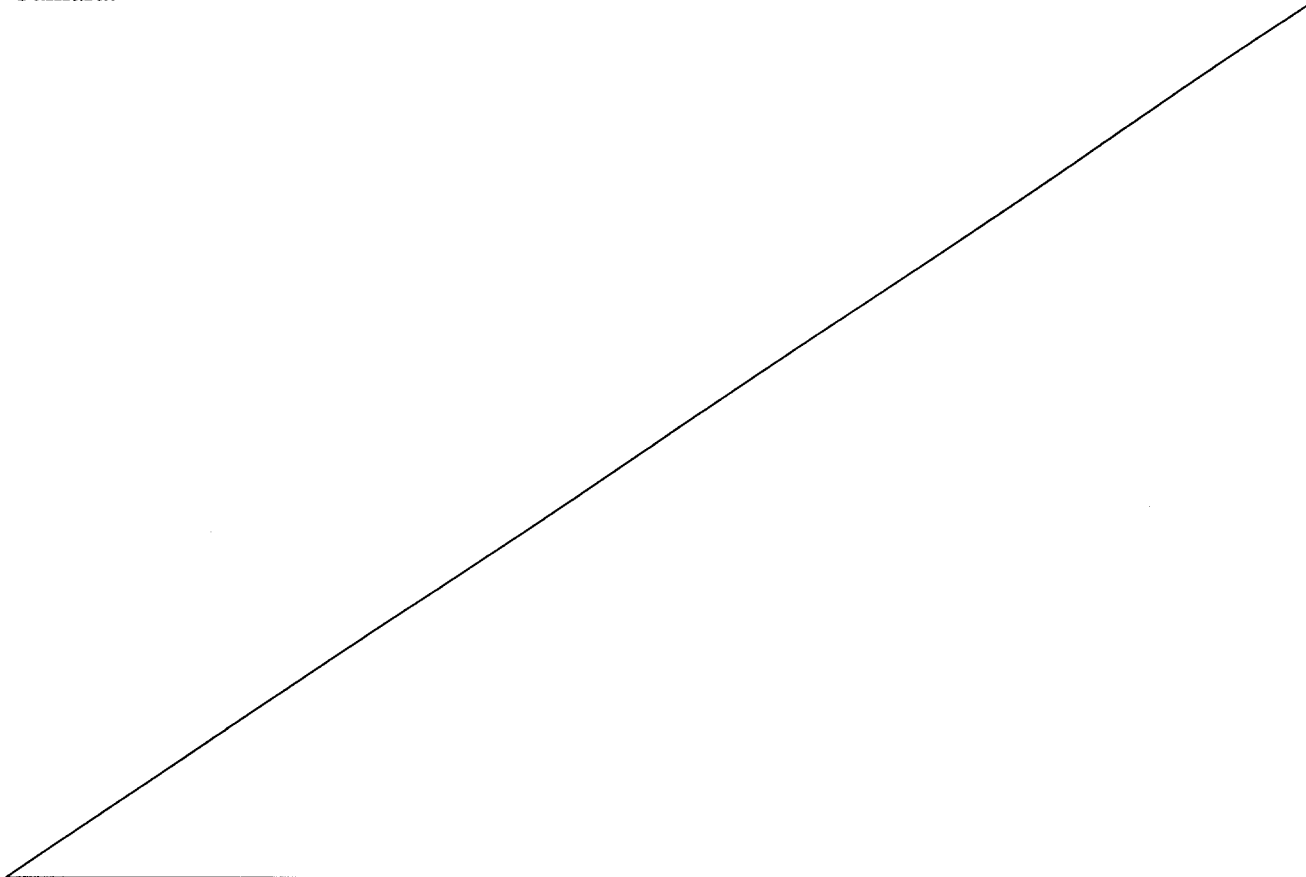
M.021GR



5. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO, PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES.-----

Presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, de dezassete do corrente mês de Março, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, para abertura de procedimento concursal tendo em vista a contratação por tempo indeterminado de um trabalhador da carreira de Assistente Técnico, para exercício de funções na Divisão de Obras Particulares.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a proposta anexa do Presidente da Câmara.-----



PROPOSTA

Considerando a necessidade de promover o recrutamento para um lugar previsto no mapa de pessoal do corrente ano, aprovado pela assembleia municipal em 21 de Dezembro findo;

A necessidade a suprir, de carácter permanente, destina-se ao desempenho de funções na Divisão de Obras Particulares (apoio ao Balcão Único);

Atendendo a que não existe reserva de recrutamento neste Município para colmatar esta necessidade de natureza permanente e que, por indicação da Direcção Geral da Administração e do Emprego Público, está temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC);

De harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de Setembro, proponho a abertura e publicação de procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado, para um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico, nas seguintes condições:

Constituição do Júri - Presidente - Arquitecta Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo, Chefe de Gabinete; Vogais Efectivos - Arq. José António Ferreira Lopes, Director de Departamento e Dra Maria de Fátima Coelho Pereira, Chefe de Divisão; Vogais Suplentes - Engª Carla Mónica Barbosa Sousa Ferreira, Chefe de Divisão e Fernando Manuel Oliveira Pereira, Coordenador Técnico. O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

Prazo para apresentação das candidaturas - 10 dias úteis.

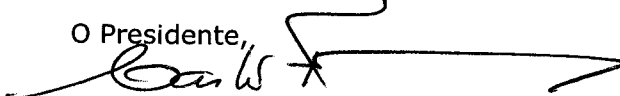
Métodos de selecção - Prova escrita de conhecimentos; avaliação psicológica e avaliação curricular.

De acordo com o estabelecido no nº 4 do artº 6º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Contudo, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do atrás referido, deve proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 17 de Março de 2010

O Presidente,



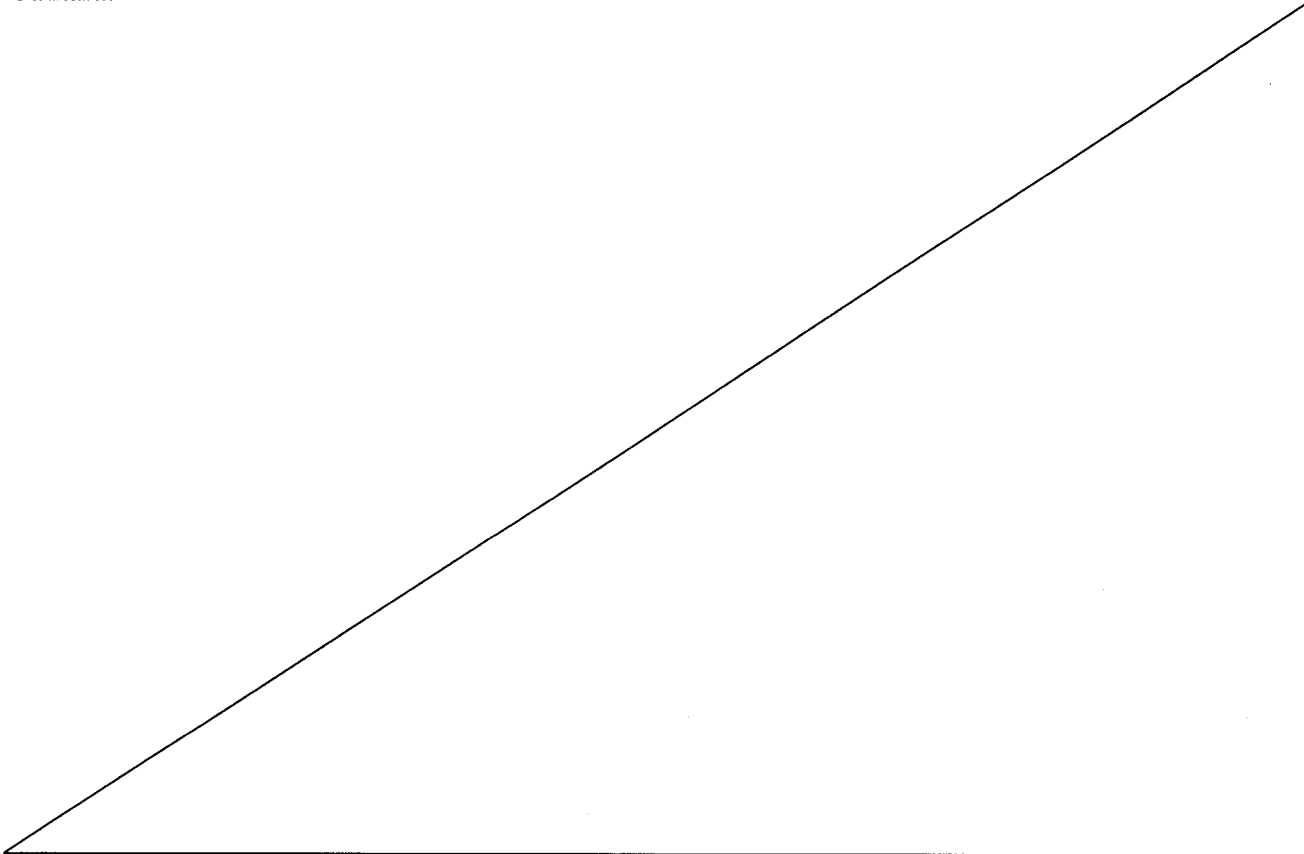
Castro Fernandes



6. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO, PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO.-----

Presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, de dezassete do corrente mês de Março, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, para abertura de procedimento concursal tendo em vista a contratação por tempo indeterminado de um trabalhador da carreira de Assistente Técnico, para exercício de funções no Posto de Atendimento ao Cidadão.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a proposta anexa do Presidente da Câmara.-----



PROPOSTA

Considerando a necessidade de promover o recrutamento para um lugar previsto no mapa de pessoal do corrente ano, aprovado pela assembleia municipal em 21 de Dezembro findo;

A necessidade a suprir, de carácter permanente, destina-se ao desempenho de funções no Posto de Atendimento ao Cidadão;

Atendendo a que não existe reserva de recrutamento neste Município para colmatar esta necessidade de natureza permanente e que, por indicação da Direcção Geral da Administração e do Emprego Público, está temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC);

De harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de Setembro, proponho a abertura e publicação de procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado, para um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico, nas seguintes condições:

Constituição do Júri - Presidente - Drª Júlia Odete Paiva Godinho Moinhos Costa, Vereadora; Vogais Efectivos - Arquitecta Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo, Chefe de Gabinete e Drª Maria de Fátima Coelho Pereira, Chefe de Divisão; Vogais Suplentes - Arquitecto José António Ferreira Lopes, Director de Departamento e Fernando Manuel Oliveira Pereira, Coordenador Técnico. O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

Prazo para apresentação das candidaturas - 10 dias úteis.

Métodos de selecção - Prova escrita de conhecimentos; avaliação psicológica e avaliação curricular.

De acordo com o estabelecido no nº 4 do artº 6º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 17 de Março de 2010

O Presidente



Castro Fernandes

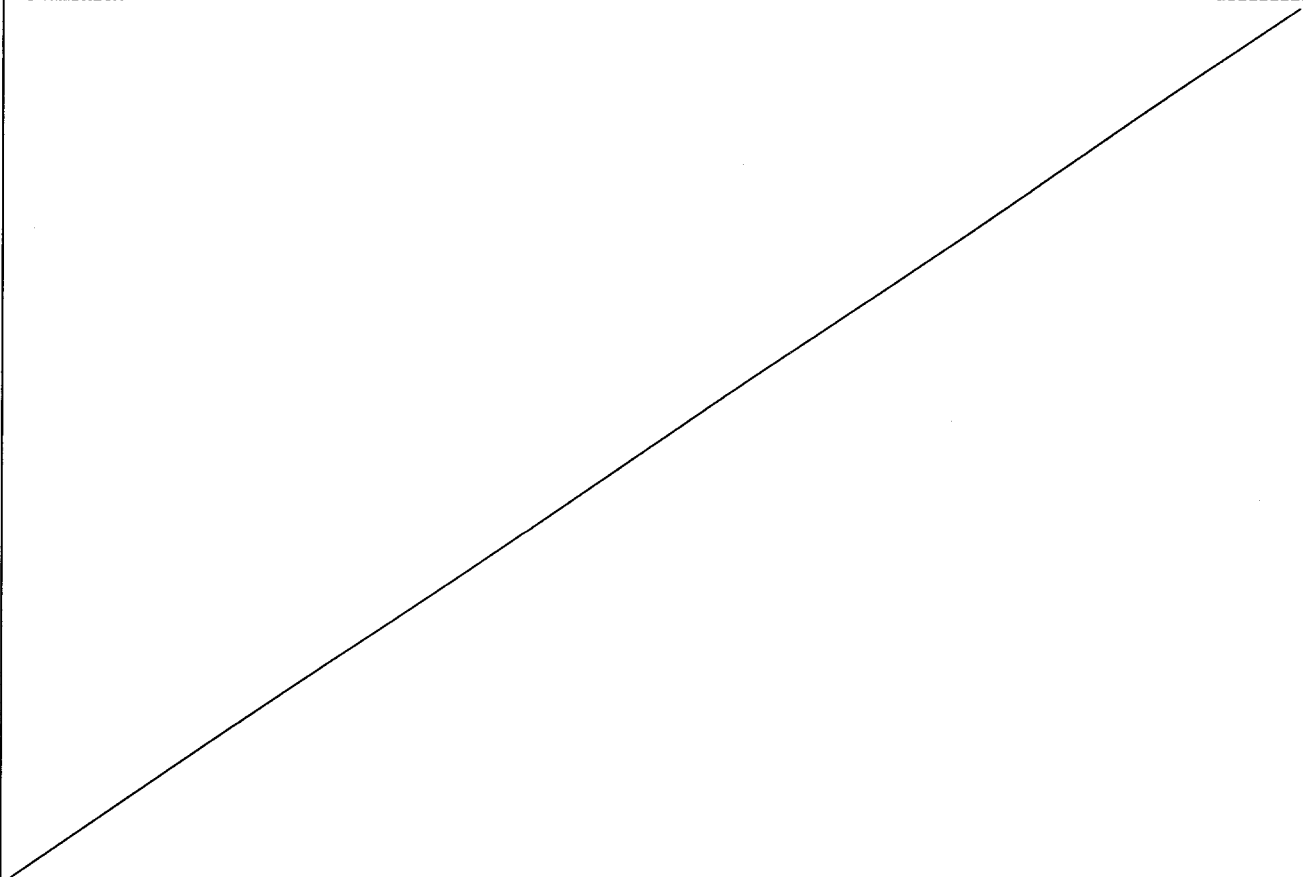


Ac
f

7. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO, PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA SECÇÃO DE CONTRA ORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS.-----

Presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, de dezassete do corrente mês de Março, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, para abertura de procedimento concursal tendo em vista a contratação por tempo indeterminado de um trabalhador da carreira de Assistente Técnico, para exercício de funções na Secção de Contra-Ordenações e Execuções Fiscais.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a proposta anexa do Presidente da Câmara.-----



PROPOSTA

Considerando a necessidade de promover o recrutamento para um lugar previsto no mapa de pessoal do corrente ano, aprovado pela assembleia municipal em 21 de Dezembro findo;

A necessidade a suprir, de carácter permanente, destina-se ao desempenho de funções no serviço de Contra Ordenações e Execuções Fiscais da Divisão Jurídica e do Contencioso;

Atendendo a que não existe reserva de recrutamento neste Município para colmatar esta necessidade de natureza permanente e que, por indicação da Direcção Geral da Administração e do Emprego Público, está temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC);

De harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03 de Setembro, proponho a abertura e publicação de procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado, para um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico, nas seguintes condições:

Constituição do Júri - Presidente - Drª Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora de Departamento; Vogais Efectivos - Drª Diana Paula Ferreira Salgado e Drª Maria de Fátima Coelho Pereira, Chefes de Divisão; Vogais Suplentes - Drª Emilia Cristina Campos Ramos Maia, Técnica Superior e Fernando Manuel Oliveira Pereira, Coordenador Técnico. O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

Prazo para apresentação das candidaturas - 10 dias úteis.

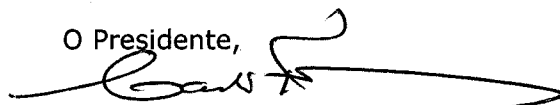
Métodos de selecção - Prova escrita de conhecimentos; avaliação psicológica e avaliação curricular.

De acordo com o estabelecido no nº 4 do artº 6º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 17 de Março de 2010

O Presidente,



Castro Fernandes



Ar
h

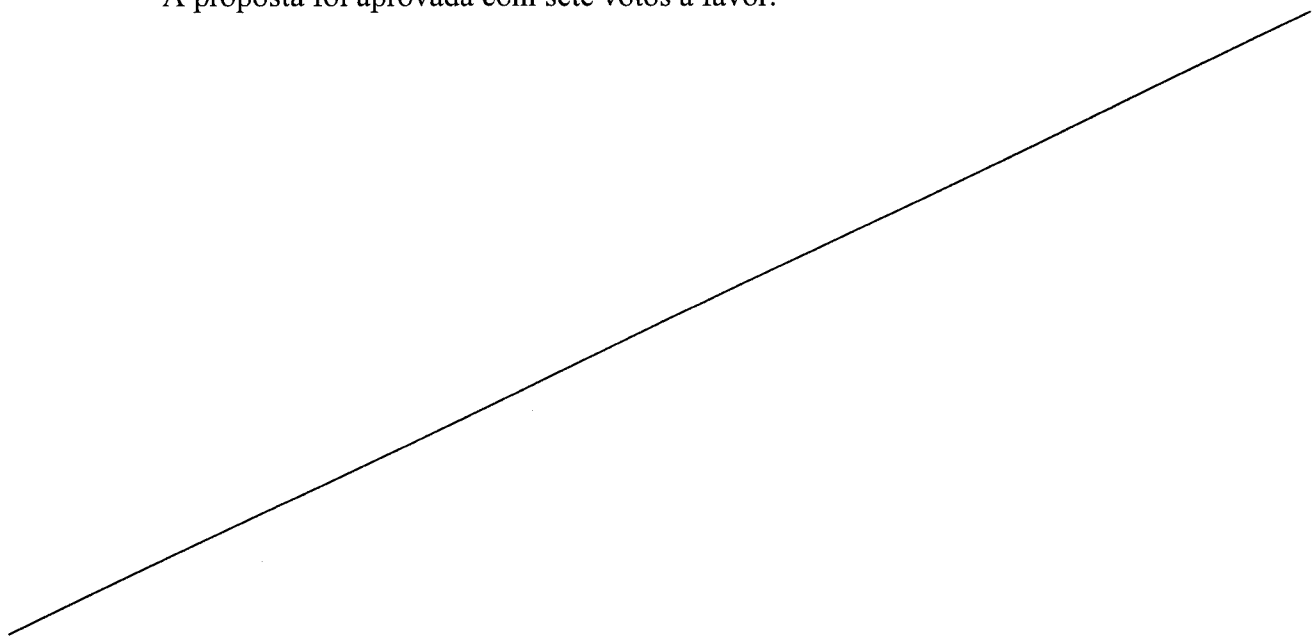
8. EMPREITADA: “ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA COSTA – RORIZ”: ERROS E OMISSÕES DO PROJECTO: ADITAMENTO DE TRABALHOS A MAIS AO CONTRATO.-----

Presente informação do Departamento de Obras Municipais, de doze do corrente mês de Março, registada com o número três mil oitocentos e cinco, a informar sobre reclamação apresentada pela Sociedade Domingos Carvalho, S.A., adjudicatária da empreitada acima identificada, relativamente a erros e omissões do projecto.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse deferir a reclamação apresentada, nos precisos termos da aludida informação do Departamento de Obras Municipais, o que implica o aditamento ao contrato de trabalhos a mais no montante de 171.373,63 € (cento e setenta e um mil trezentos e setenta e três euros e sessenta e três cêntimos), mais IVA.-----

O acréscimo da despesa da empreitada em causa, cujo contrato inicial foi celebrado em catorze de Janeiro de dois mil e nove e visado pelo Tribunal de Contas em vinte e cinco de Março do mesmo ano, tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento número 759/2010.

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





9. EMPREITADA: “BENEFICIAÇÃO DA EN 209 – 2 NO CONCELHO DE SANTO TIRSO”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CEDÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO (PARCELA D1).-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dois de Fevereiro findo, registada com o número três mil oitocentos e seis, a informar do resultado das negociações efectuadas com os proprietários da parcela de terreno identificada como parcela D1 na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, com a área de 12,34 m² (doze vírgula trinta e quatro metros quadrados), que foi já integrada no domínio público municipal no decurso da execução da empreitada acima referida.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aceitar as condições de cedência ao domínio público da aludida parcela de terreno, que é a desanexar do prédio rústico sito no lugar da Samoça, freguesia de Roriz, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 444 (quatrocentos e quarenta e quatro), propriedade de Maria Albertina Machado Gomes da Costa e outros.-----

Mais propôs que a câmara deliberasse pagar aos respectivos proprietários uma indemnização no montante de 236,00 € (duzentos e trinta e seis euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 070101, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 4437/2009.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Am
67

10. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DO INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO – CONSTITUIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO SOBRE OS PRÉDIOS CORRESPONDENTES ÀS PARCELAS UM E DEZANOVE.-----

Presentes informações da Directora do Departamento Administrativo, de dezanove do corrente mês de Março, registadas com os números três mil novecentos e dezassete e três mil novecentos e noventa e dois, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com os proprietários dos prédios a onerar com a servidão administrativa de aqueduto acima referida, e demais interessados conhecidos, relativamente às parcelas identificadas no respectivo projecto com os números um e dezanove.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi dito:-----

Por deliberação camarária de dois de Dezembro último (item sete da respectiva acta) foi tomada a Resolução de Constituição de Servidão Administrativa sobre os prédios onde será instalado o Interceptor da Ribeira do Pisão, cuja utilidade pública consta da fundamentação daquela deliberação camarária e resulta ainda expressamente do artigo 1º do Decreto-Lei 34.021 de 11 de Outubro de 1944;-----

O Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro, estipula, no n.º 3 do artigo 8º, que à constituição das servidões aplica-se o disposto no referido Código;-----

Pelo que, em cumprimento do disposto no artigo 11º do mesmo Código, foram efectuadas diligências no sentido de constituição das servidões administrativas em causa pela via do direito privado, sendo que foi possível obter Acordo com os proprietários das parcelas referidas nas aludidas informações;-----

Face ao exposto proponho que a câmara delibere constituir sobre os prédios abaixo identificados uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com a área que consta das minutas dos respectivos contratos e nos demais termos das mesmas, que se anexam à presente



Ar

67

acta e dela ficam a fazer parte integrante constituindo os Anexos I a II da mesma.-----

Prédios a onerar:-----

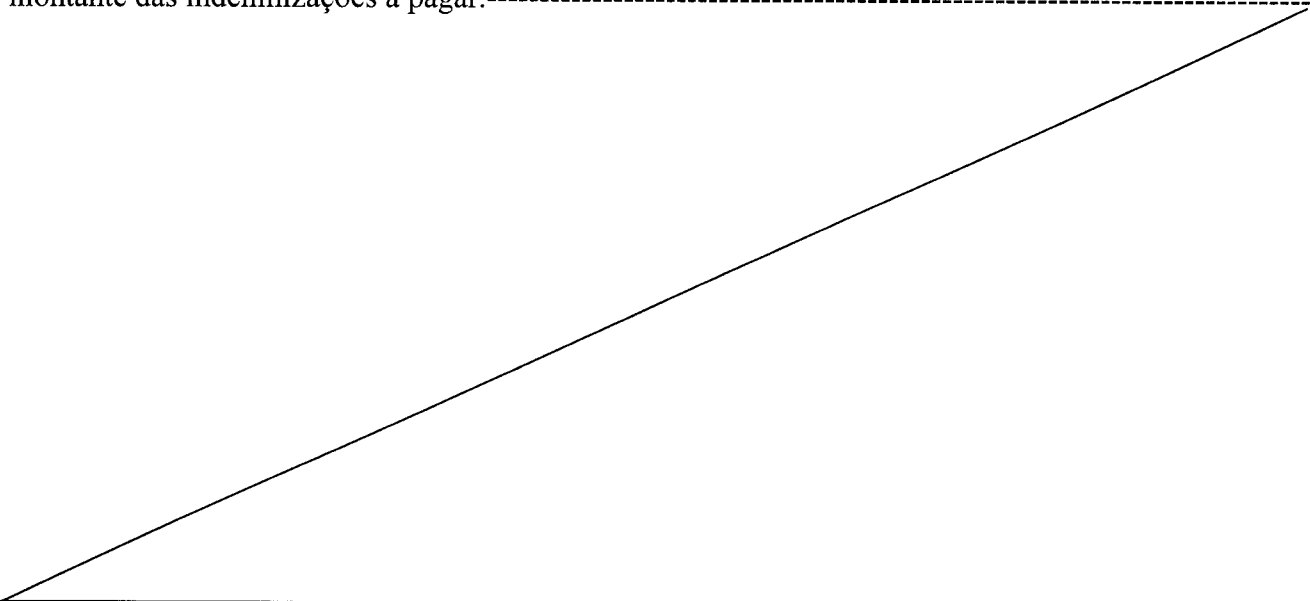
Parcela 1:

- Prédio rústico, sito no Lugar da Cruz, freguesia de Água Longa, deste concelho, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo quatrocentos trinta e sete, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso.-----

Parcela 19:

- Prédio urbano, sito na Rua Ribeira do Pisão, freguesia de Água Longa, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número sessenta e quatro e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo novecentos e sessenta e quatro.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a referida proposta e aprovar também as minutas dos contratos anexas, delegando expressamente no Senhor Presidente da Câmara a competência para aprovar eventuais alterações ou rectificações àquelas minutas, desde que não incidam sobre a identificação do prédio a onerar, área da servidão administrativa permanente ou montante das indemnizações a pagar.-----





11. MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, A SOCIEDADE INDAQUA SANTO TIRSO / TROFA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A. E A SOCIEDADE NORTE GOLFE – PROMOÇÕES TURÍSTICAS E IMOBILIÁRIAS S.A., TENDO POR OBJECTO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO EMPREENDIMENTO DESIGNADO POR “VALE PISÃO – NATURE RESORTE”: APROVAÇÃO.-----

Presente informação conjunta da Chefe da Divisão Jurídica e do Contencioso e da Directora – Delegada dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, registada com o número três mil novecentos e vinte, a remeter minuta de Protocolo a celebrar entre as entidades acima identificadas, no qual são estabelecidas o âmbito e a forma de cooperação entre as partes no domínio da prestação de serviços de abastecimento de água ao empreendimento designado por “Vale Pisão Nature Resorte”, a vigorar pelo período de um ano a contar da data da sua celebração, prorrogável por iguais e sucessivos períodos de tempo, até ao limite de três anos.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar a aludida minuta de Protocolo, a qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

REUNIÃO DE CÂMARA – 24 DE MARÇO DE 2010

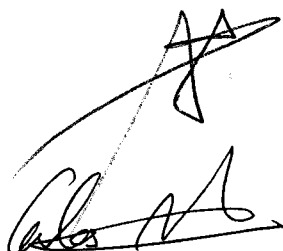
Ponto 11 da Ordem do dia – Declaração de voto

Os vereadores enquanto inscritos nas listas do PPD/PSD optaram por se abster na proposta de celebração do Protocolo a celebrar entre o Município de Santo Tirso, a sociedade Indáqua Santo Tirso/Trofa e a sociedade Norte Golfe, porque:

- Este protocolo evidencia o fracasso da gestão autárquica dos últimos 28 anos, nomeadamente no que respeita à implementação das redes de saneamento e de abastecimento de água;
- Este protocolo é a prova clara que os anúncios e as promessas produzidas por V. Excelências ao longo dos anos, não passaram disso mesmo;
- Apesar de tudo, este protocolo privilegia uma parte do território (os novos habitantes) e por consequência uma reduzida parcela de habitantes da freguesia de Água Longa;
- Este protocolo cria uma discriminação negativa e incompreensível, e trata de forma diferente as populações de Água Longa;
- O partido socialista que V/ Exas. representam, teve já tempo demais para assumir a responsabilidade na criação da rede pública de água;
- 12 anos (1998) depois de celebrado o contrato de concepção com a Indáqua, para uma parte do território, não tenha sido ainda possível estender a concepção ao Vale do Leça e por consequência à freguesia de Água Longa;
- Não podemos ter uma freguesia a duas velocidades, com habitantes de primeira e de segunda;

- Não foi apresentado um compromisso sério e devidamente calendarizado para criação da rede pública de água em Água Longa, e em todas as freguesias que ainda não possuem esta infra-estrutura.

Santo Tirso, 24 de Março de 2010

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a horizontal line and a flourish.



Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente este protocolo dado que ele vem dar resposta a uma questão concreta referente a um grande investimento na área do turismo no nosso concelho.-----

Recorde-se que as freguesias do Vale do Leça nomeadamente Água Longa têm vindo a ver implementadas as redes de infraestruturas com execução pela Câmara Municipal - Serviços Municipalizados – das redes de esgotos.-----

Entretanto e como é público o Ministério do Ambiente com o PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água, Saneamento e Águas Residuais – previu as metas de atendimento para 2013. Fruto disso mesmo a Câmara Municipal assinou protocolos com o Governo para a Água e Saneamento e decorrem neste momento as negociações de parcerias entre os municípios, a AdP e o MAOTDR pelos quais as redes passarão a ser assumidas no âmbito destas parcerias para praticamente todo o país. Isso não tem impedido que no âmbito da Águas do Ave, S.A., da Águas do Cavado, S.A., (de que esta câmara municipal é associada) e ainda dos Serviços Municipalizados e da própria Indaqua continuem os investimentos.-----

Todos sabem bem da alteração de circunstâncias económicas que levaram a que muitas das concessões não tenham tido o êxito total esperado e por isso mesmo a legislação, a ERSAR e o próprio contrato prevêm a forma de ultrapassar, o que está a ser tratado em local próprio e se necessário virá a esta câmara.-----

Por muito que custe aos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata as infraestruturas no nosso concelho estão a avançar como está traduzido no Documento “+ Ambiente”.

O perfeito desconhecimento do que vem acontecendo no terreno por parte dos senhores vereadores do Partido Social Democrata, a sua impreparação política, a política arrivista leva-os a fazer considerações que nada têm a ver com a realidade. Nós prosseguiremos com a nossa política coerente não privilegiando nenhuma área do concelho mesmo aquelas que vocês dizem discriminadas



Ar
H

mas que ainda há pouco tempo avalizaram a actuação desta Câmara Municipal”-----

Neste momento entrou na reunião a Vereadora Dra. Mafalda Sofia Roriz de Oliveira
Brás.-----



12. OUTROS SUBSIDIOS

A) A AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO – SUBSIDIO PARA DESPESAS INERENTES À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE EM REGIME DE CONTRATO EMPREGO – INSERÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezassete do corrente mês de Março, registada com o número três mil novecentos e vinte e três, a sugerir a atribuição de subsídios aos Agrupamentos de Escolas abaixo identificados, para custear as despesas inerentes aos contratos emprego – inserção que vão ser celebrados pelos referidos Agrupamentos, ao abrigo da Portaria 128/2009, de 30 de Janeiro, para satisfação de necessidades de pessoal não docente, cuja contratação passou a ser da responsabilidade do município, de harmonia com o Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação em 16 de Setembro de 2008, ratificado pela câmara municipal em reunião de catorze de Janeiro de dois mil e nove.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir os subsídios abaixo referidos, para fazer face às despesas com pessoal não docente, contratado ao abrigo da referida Portaria, correspondentes aos encargos dos meses de Abril a Junho do ano em curso.-----

- Agrupamento de Escolas de Santo Tirso-----22.000,00 €
(vinte e dois mil euros)-----
- Agrupamento de Escolas de S. Martinho-----9.500,00 €
(nove mil e quinhentos euros)-----
- Agrupamento Vertical do Ave-----6.500,00 €
(seis mil e quinhentos euros)-----
- Agrupamento de Escolas de Agrela e Vale do Leça-----8.500,00 €
(oito mil e quinhentos euros)-----
- Escola Básica Integrada de Aves / S. Tomé de Negrelos-----2.000,00 €
(dois mil euros)-----



As despesas inerentes à referida proposta serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, com dotação suficiente, conforme proposta de cabimento número 1138/2010.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do Partido Social Democrata abstiveram-se, como já anteriormente tinha acontecido, porque estes subsídios pressupõem a contratação de pessoal não docente, competência que é exclusiva da câmara municipal, pelo que deveriam ser sustentados em Protocolos que revelassem os deveres e obrigações das partes, nomeadamente a eventual delegação de competências nos Agrupamentos para contratação de pessoa não docente para exercer funções nos agrupamentos.

Como anteriormente o Partido Social Democrata já referiu, temos sérias dúvidas quanto à legalidade da atribuição destes subsídios, dúvidas essas que não foram esclarecidas”.-----

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“O Contrato de Execução no âmbito das Transferências de Competências das Áreas de Educação para a Câmara Municipal de Santo Tirso está a ser cumprido tal como a legislação em vigor.-----

O modelo adoptado é o modelo legal adoptado por muitas autarquias com o apoio e suporte do Ministério da Educação e por isso mesmo votamos a presente proposta porque não queremos prejudicar com mais burocracias os alunos, os professores e como é óbvio os próprios funcionários a contratar”.-----



12. B) DESFILE DE CARNAVAL/2010: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ENTIDADES PARTICIPANTES-----

Presente informação de dois do corrente mês de Março, da Divisão de Educação, registada com o número três mil quatrocentos e um, sobre as entidades que participaram no Desfile de Carnaval organizado pela Câmara Municipal, que teve lugar no dia doze de Fevereiro findo.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

À semelhança dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Santo Tirso organizou um desfile de Carnaval com carros alegóricos, que se realizou no dia doze de Fevereiro findo;-----

Considerando que as instituições participantes necessitam de apoio para fazer face às despesas decorrentes da sua participação naquele evento, nomeadamente com a concepção dos trajes;

Considerando que esta Câmara Municipal tem todo o interesse em estimular e apoiar estas instituições, sem as quais não seria possível a concretização daquela iniciativa, proponho a atribuição dos seguintes subsídios:-----

- Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos -----300 € (trezentos euros)
- Associação dos Moradores do Complexo Habitacional de Ringe-----100 € (cem euros)
- Associação Social de Guimarei-----100 € (cem euros)
- Associação Solidariedade Humanitária de Monte Córdova-----150 € (cento e cinquenta euros)
- CASL – Associação Casa Acolhimento Sol Nascente -----100 € (cem euros)
- Centro Acção Social de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz-----150 € (cento e cinquenta euros)
- APECIST – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Infantil de Santo Tirso -----
-----200 € (duzentos euros)
- Centro de Ocupação de Tempos Livres de Santo Tirso-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Centro Social e Paroquial de Água Longa -----100 € (cem euros)
- Centro Social de S. Rosendo - S. Miguel do Couto-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Província Portuguesa da Companhia de Santa Teresa de Jesus-----500 € (quinhentos euros)



- Cubo a Cubo – Creche e Jardim de Infância Lda-----100 € (cem euros)
- Associação de Jardins Escolas João de Deus -----150 € (cento e cinquenta euros)
- Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso-----500 € (quinhentos euros)
- Lar Familiar da Tranquilidade -----100 € (cem euros)
- Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves -----100 € (cem euros)
- S. Tiago - Associação de Solidariedade Social de Areias-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Agrupamento de Escolas de Santo Tirso-----200 € (duzentos euros)
- Associação de Pais da Escola EB1, Quintão n.º 1 de Rebordões-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária n.º 1 de Sequeirô-----300 € (trezentos euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Cabanas – Monte Córdova-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Agrupamento de Escolas de S. Martinho-----550 € (quinhentos e cinquenta euros)
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardim-de-Infância de Aldeia do Monte – S. Martinho do Campo-----200 € (duzentos euros)
- Associação de Pais da Escola do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Entre Estradas – S. Martinho do Campo-----150 € (cento e cinquenta euros)
- Escola Secundária D. Afonso Henriques – Vila das Aves-----100 € (cem euros)
- Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento-----100 € (cem euros)

Da proposta resulta uma despesa no montante global de 5.000,00 € (cinco mil euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 908/2010.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



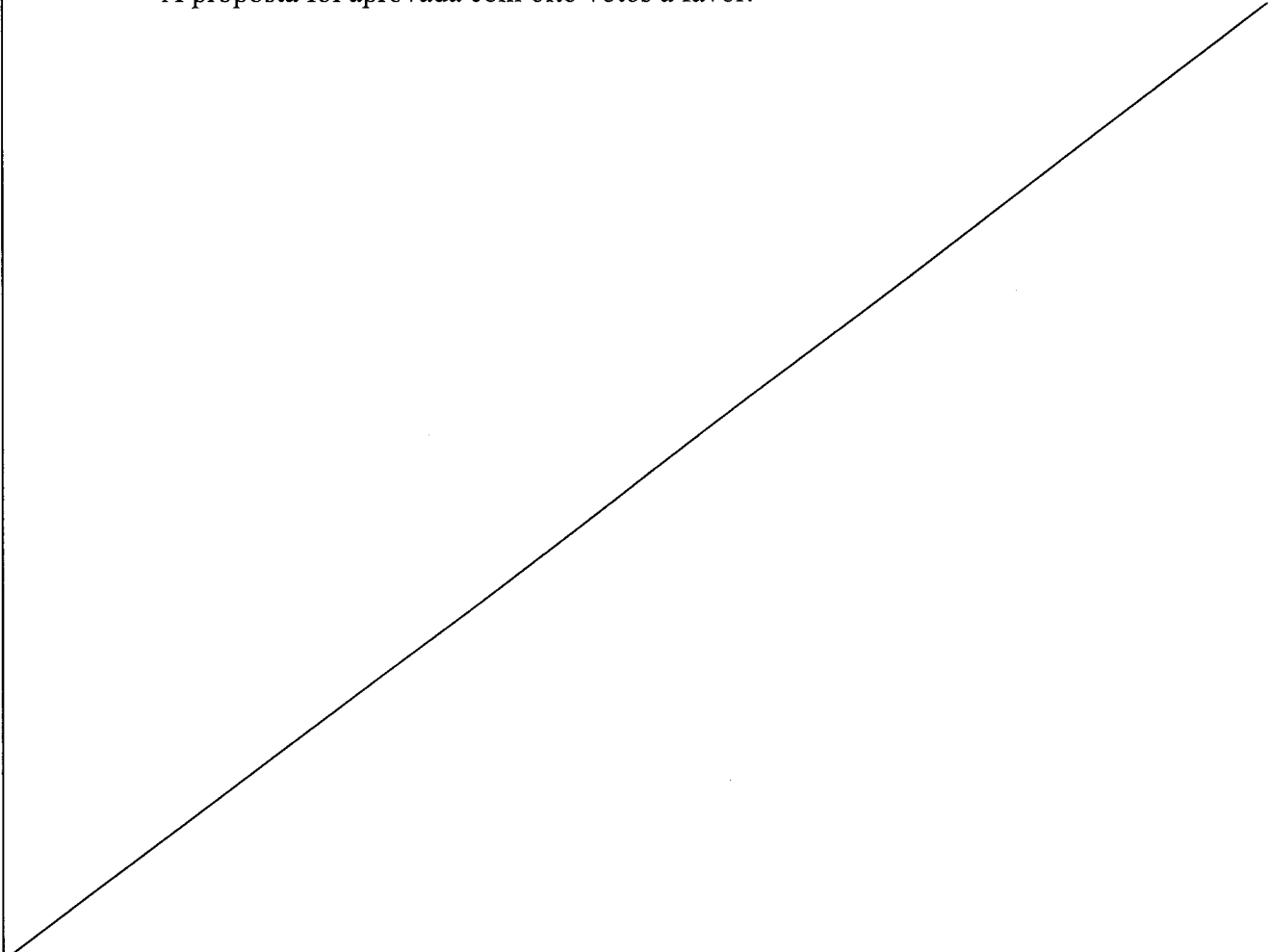
Ac
f

12. C) À PARÓQUIA DE S. MIGUEL DE VILA DAS AVES – CORTEJO PASCAL.----

Presente officio de onze do corrente mês de Março, da Paróquia de S. Miguel de Vila das Aves, registado com o número três mil quinhentos e vinte e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização do tradicional cortejo pascal.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel de Vila das Aves um subsídio no montante de 1 500,00 € (mil e quinhentos euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1177/2010.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





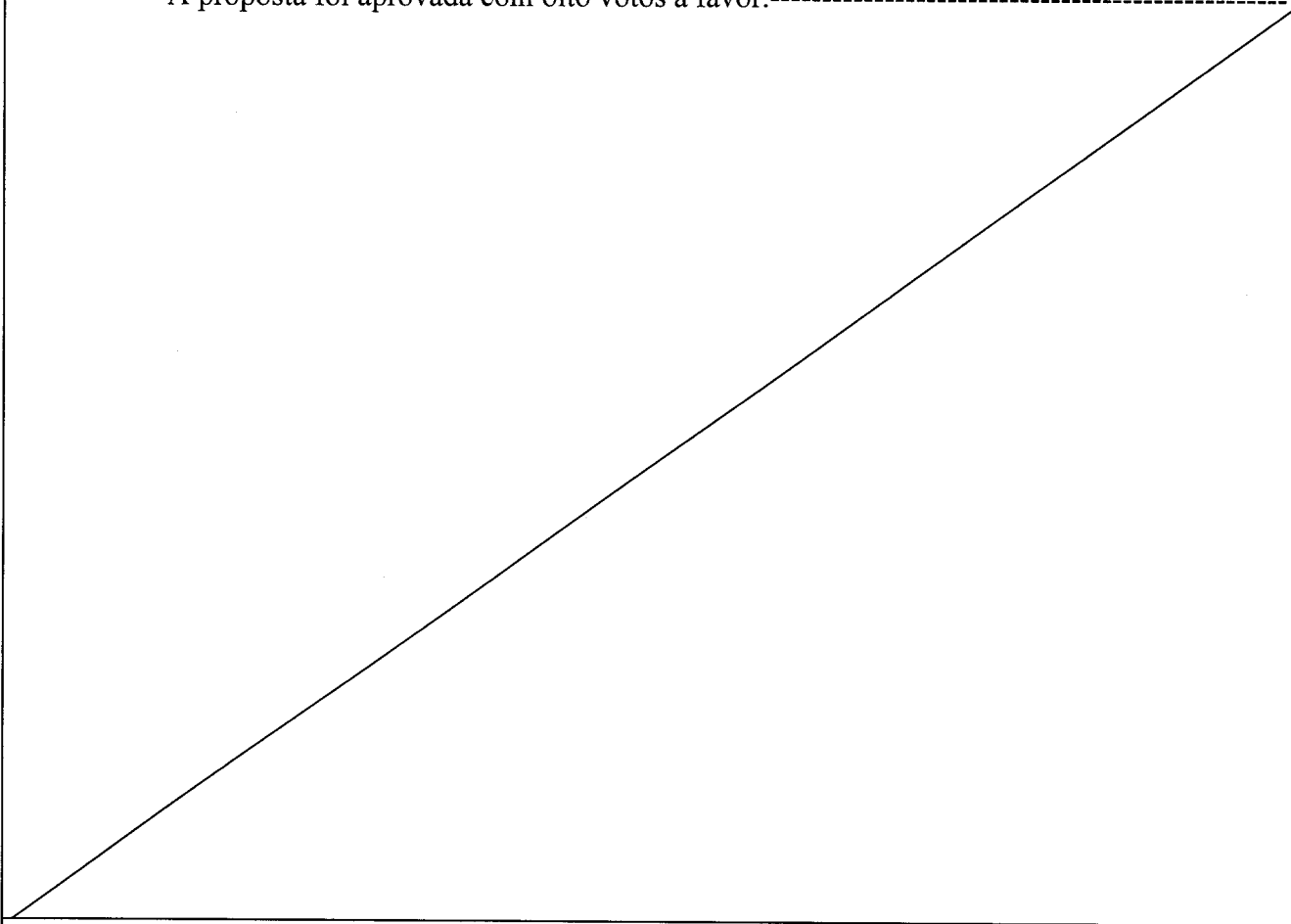
Ar
fj

12. D) AO CLUBE DESPORTIVO DE SÃO SALVADOR DO CAMPO: 12ª GRANDE PROVA DE ATLETISMO DA PÁSCOA: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de vinte e dois de Janeiro último, do Clube Desportivo de São Salvador do Campo, registado com o número oitocentos e oitenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização da 12ª Grande Prova de Atletismo da Páscoa.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Clube Desportivo de São Salvador do Campo um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1180/2010.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





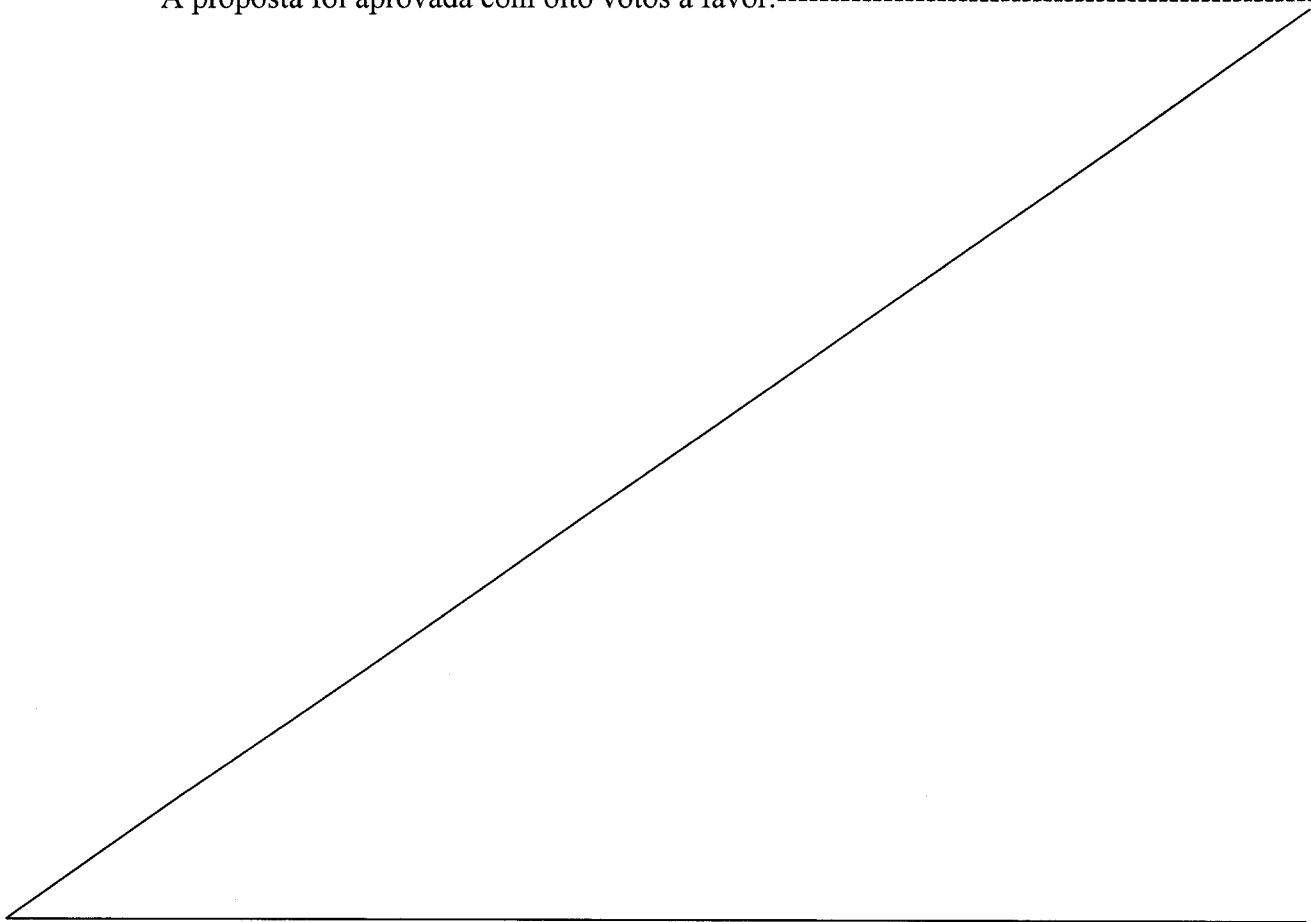
Av
7

12. E) À ASSOCIAÇÃO DE S. MIGUEL ARCANJO, DE VILA DAS AVES-----

Presente ofício de um de Junho de dois mil e nove, da Associação de S. Miguel Arcanjo, registado com o número dez mil seiscentos e quarenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Miguel Arcanjo, que decorreram de dezassete a vinte e nove de Setembro último.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação de S. Miguel Arcanjo, Vila das Aves, um subsídio no montante de 1 000,00 € (mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1179/2010.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ar
f

12. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE AREIAS: DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CAMPO DE JOGOS: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de catorze de Janeiro último, da Junta de Freguesia de Areias, registado com o número oitocentos e vinte e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a manutenção do campo de jogos municipal situado naquela freguesia.-----

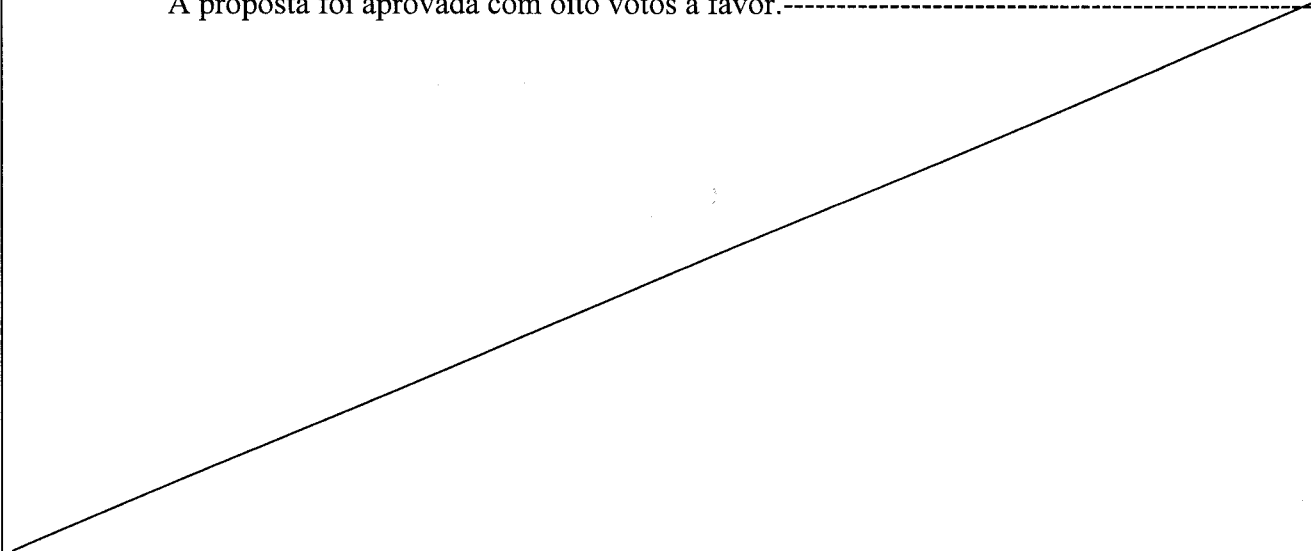
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Câmara Municipal tem vindo a subsidiar anualmente a Junta de Freguesia de Areias, para ajudar a custear as despesas com a manutenção do campo de jogos municipal situado naquela freguesia;-----

A utilização do campo de jogos de Areias tem vindo a aumentar significativamente, em resultado quer do alargamento dos escalões de praticantes, quer da crescente ocupação para treinos e realização de jogos no âmbito de competições oficiais, o que, consequentemente, origina um aumento significativo das despesas;-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir à Junta de Freguesia de Areias um subsídio no montante de 12 500,00 € (doze mil e quinhentos euros) para custear as despesas com a manutenção do Campo de Jogos no ano de dois mil e dez.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





**12. G) AO RANCHO ETNOGRÁFICO DE SANTA MARIA DE NEGRELOS – RORIZ
– CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE DE TERRAS.-----**

Presente ofício de nove de Junho de dois mil e nove, do Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz, registado com o número oito mil duzentos e cinquenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a construção de um muro de suporte de terras junto à sua sede.-----

A Divisão de Edifícios informa, em vinte e oito de Agosto último, que a obra está concluída e em condições aparentemente aceitáveis.-----

Mais informa que a estimativa orçamental dos trabalhos executados é de 66.181,50 € (sessenta e seis mil cento e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir ao Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos um subsídio no montante de 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Ac

h

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

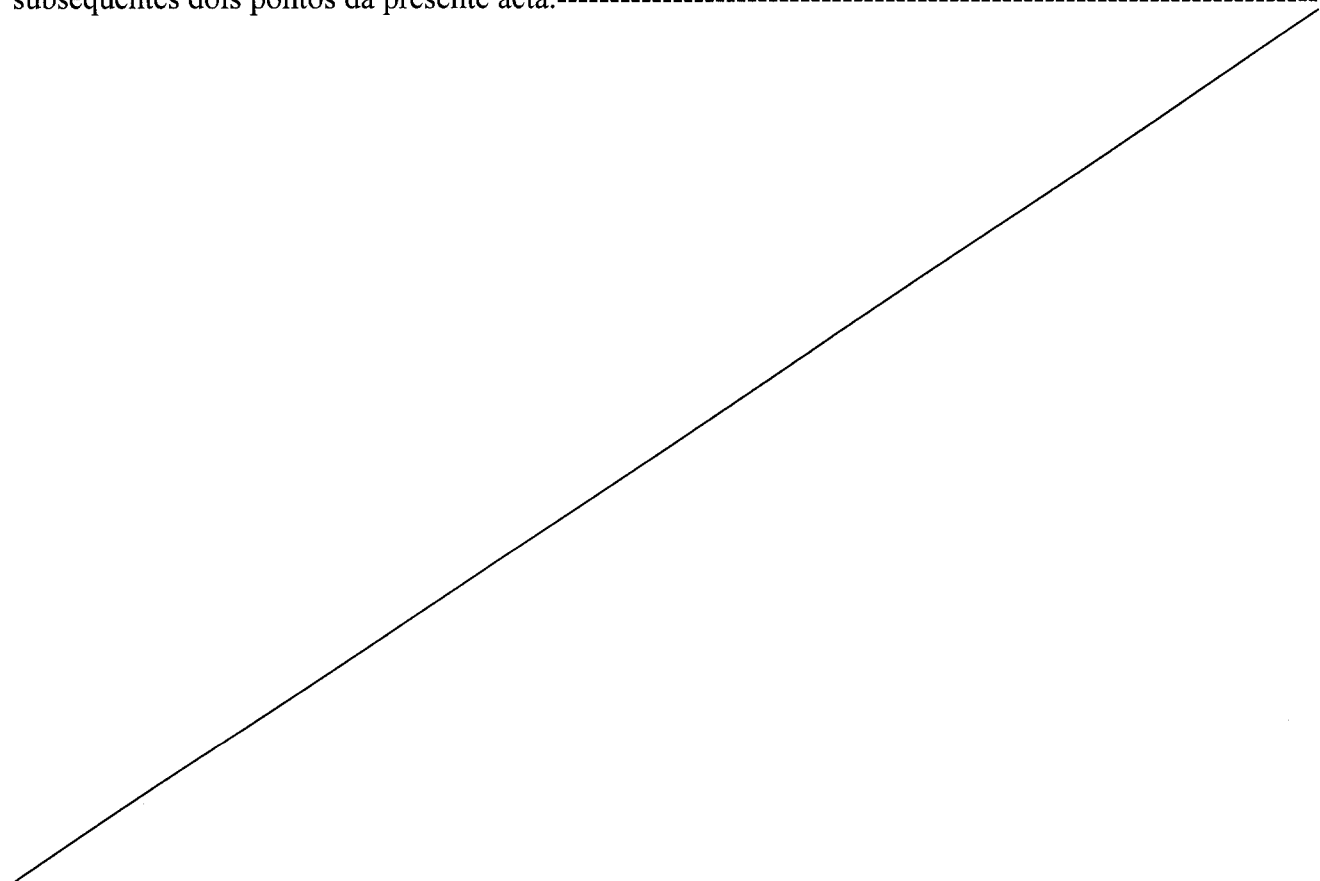
- Empreitada: “Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância da Costa, Roriz”:

Decisão de não rescisão do contrato.-----

- Requerimento do Senhor Vereador Dr. João Manuel Machado Faria de Abreu:

Pedido de alteração do prazo de suspensão do mandato: Apreciação.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente acta.-----





Al
h

13. EMPREITADA: “ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA COSTA, RORIZ”: DECISÃO DE NÃO RESCISÃO DO CONTRATO-----

Presente informação de dezanove do corrente mês de Março da Divisão de Edifícios, registada com o número três mil novecentos e quarenta e cinco, a comunicar que, na sequência da deliberação da câmara municipal de quinze de Julho de dois mil e nove (item 9 da respectiva acta), a adjudicatária veio, em sede de audiência prévia, alegar razões que justificam a não rescisão do contrato.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse não rescindir o contrato da empreitada acima identificada.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente e solidariamente esta proposta, porque entendemos que a conclusão desta obra é de facto importante.-----

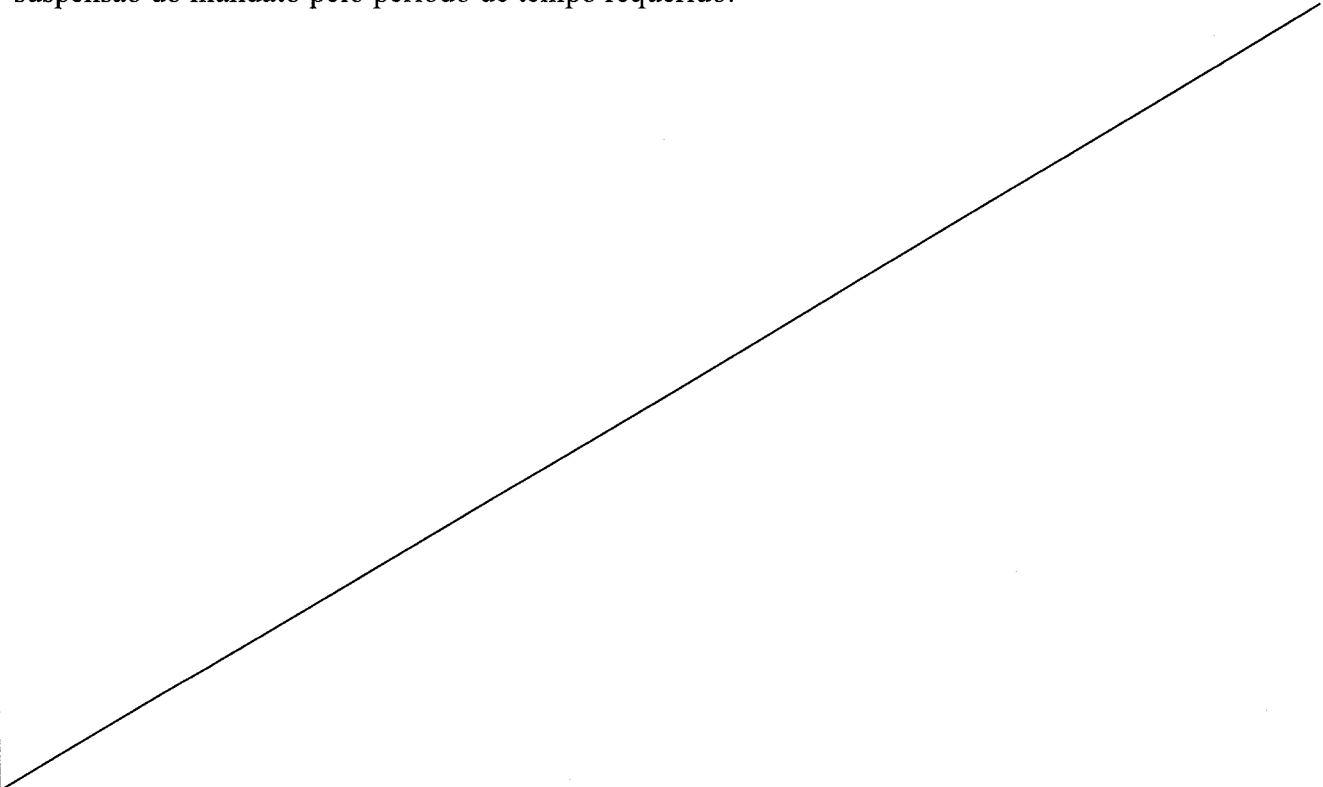
Não conhecemos no entanto a fundamentação técnica desta decisão, que obviamente não nos merecerá qualquer reparo”.-----



14. REQUERIMENTO DO SENHOR VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO MANDATO: APRECIÇÃO.-----

Presente requerimento do Senhor Vereador Dr. João Manuel Machado Faria de Abreu, de dezasseis do corrente mês de Março, registado com o número três mil novecentos e trinta, a requerer a prorrogação do prazo da suspensão do seu mandato pelo período de três meses, a contar da data do termo do prazo anterior, ou seja a partir de trinta e um do corrente mês de Março, por se manterem as razões justificativas da suspensão – afastamento temporário da área da autarquia, por razões de carácter profissional.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar que as razões invocadas pelo Senhor Vereador são motivo de suspensão do mandato, tendo deferido o pedido de prorrogação do prazo de suspensão do mandato pelo período de tempo requerido.-----





APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

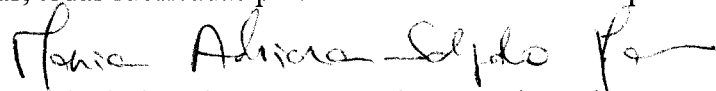


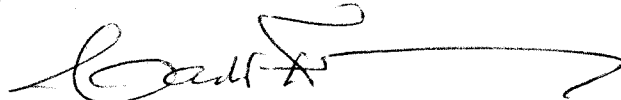
Ar
h

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e quinze minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente minuta da acta que tem quarenta e três folhas, e três documentos anexos, sendo os Anexos I e II respeitantes ao item dez da presente acta e o Anexo III respeitante ao item onze, contendo os Anexos I e II seis folhas cada um e o Anexo III trinta e sete folhas, todas rubricadas pelo Presidente da Câmara e por mim, apenas utilizadas no anverso, que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 07/04/2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Cinco da respectiva minuta).-----

A Secretária,

